

O TRABALHO DOCENTE NO NOVO ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS:

Influências internacionais e consequências para o trabalho na escola.

Gleissiton Gualberto Alves da Silva

(gleissiton.silva@educacao.mg.gov.br)

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Neste trabalho são apresentados alguns resultados parciais de pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem como objetivo analisar as condições de realização do trabalho docente no contexto do Novo Ensino Médio (NEM) em Minas Gerais. A recente reforma da última etapa da educação básica, que se concretizou com a implementação do NEM, promoveu uma série de mudanças profundas que tratam de reorganizar, principalmente, as dimensões do tempo, do financiamento, do currículo e da organização do trabalho pedagógico nas escolas. Inicialmente, com a edição da Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016 e, posteriormente, com a promulgação da Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Para analisar esse contexto de tantas mudanças, optou-se pelo referencial teórico de Apple (2005), que trata das influências exercidas pelas organizações internacionais e por atores privados na política educacional nas últimas décadas. No desenho metodológico, os dados preliminares aqui apresentados, foram levantados a partir da utilização da pesquisa bibliográfica sobre o tema e do levantamento documental, como instrumentos principais até o momento. Como resultados iniciais, percebe-se que esse novo formato tem origem em documentos e orientações produzidas ao longo da década de 2000 por diferentes atores externos aos sistemas educacionais, como o Instituto Unibanco, o Todos pela Educação, dentre outros. Um movimento que dá continuidade às reformas neoliberais da década de 90 no Brasil. Os levantamentos iniciais também apontam para processos de

precarização e desvalorização do trabalho docente, com a publicação de editais de contratação com situações funcionais diversas e com a abertura à participação de grupos empresariais.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Trabalho Docente; Parceria Público-Privada.

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a educação brasileira passou, e vem passando, por reformas em todos os seus níveis e etapas. Dentre essas proposições que compõe a agenda reformista e seus impactos, tem-se a instituição de uma Base Comum Curricular (BNCC); o fortalecimento de indicadores de desempenho como instrumento de gestão; a reconfiguração do trabalho docente, e, mais recentemente, da implantação do Novo Ensino Médio (NEM).

Um outro processo que pode ser observado, e que acompanha essa agenda das reformas, é a adoção de mecanismos de privatização e mercantilização que abarcam diferentes dimensões, como, por exemplo: compra de material didático, formação continuada de professores e gestores, aumento da informatização dos processos educacionais, com consequente aumento do controle sobre o trabalho do professor (diários eletrônicos, planilhas de acompanhamento pedagógico e outras ferramentas), e novos modelos de gestão escolar.

Essa reestruturação do ensino médio foi instituída pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, a partir da regulamentação de Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016 (MP 746/2016), ambas tratando da reforma da etapa do ensino médio. Essa reforma traz alterações à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a primeira delas se refere à carga horária, correspondendo a 1.800 horas, que deverá apresentar, obrigatoriamente, os conhecimentos relacionados à Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Educação Física, Filosofia, Sociologia e Artes, em articulação com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do Ensino Médio. A segunda alteração é a inserção do denominado itinerário formativo, de pelo menos 1.200 horas (BRASIL, 2018), que são unidades curriculares voltadas para a preparação para o futuro. Os itinerários pretendem aprofundar nos componentes curriculares, de acordo com sua área de preferência, assim definidas:

I - Linguagens e suas tecnologias;

II - Matemática e suas tecnologias;

III - Ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - Ciências humanas e sociais aplicadas;

V - Formação técnica e profissional.

Embora o NEM seja uma política recente, é possível identificar em suas bases propositivas um processo de continuidade dos condicionantes da agenda de reformas da década de 1990, conforme apontado por Apple (2005):

O modelo nacional do neoliberalismo, com diferentes perfis e como projeto político e ideológico presente nos diversos países e com maior nitidez a partir da década de 1990, intensifica uma agenda mais ampla de privatização mercantilização dos serviços públicos estatais, gerando transformações no processo de trabalho com base nas precarizações do trabalho (p. 19).

Novos atores na educação básica

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer n. 15/1998) foram promovidos novos métodos para o Ensino Médio e também estabelecidas algumas ferramentas para analisar o processo avaliativo. (BRASIL/CNE, 1998b, p. 30). O primeiro procedimento adotado foi o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, que surgiu com o objetivo de examinar o desempenho dos estudantes que estavam concluindo o ensino médio. Outra avaliação também dirigida aos estudantes do Ensino Médio é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990 e implantado em 1993 visando a qualidade e equidade.

De toda forma, nota-se uma construção de avaliação feita a partir de uma amostra de larga escala, externa, dirigida a alunos das redes pública e privada. Os dados produzidos por essa avaliação, para a etapa do Ensino Médio, incluem questionários que fornecem informações para além do desempenho de estudantes, como aspectos extraescolares, hábitos de estudos dos estudantes, nível socioeconômico de alunos, professores e diretores, características das turmas e infraestrutura da escola. As provas avaliam disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e, a partir de 2013, os testes aplicados passaram a contar também com questões de Ciências, buscando promover uma maior aproximação com testes internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), orquestrado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O IU (INSTITUTO UNIBANCO) se especializou em projetos de formação dos jovens e nas questões mais específicas do Ensino Médio, tornou-se mais conhecido nesta etapa, pelo programa Jovem para o Futuro, que se iniciou em São Paulo e se expandiu para outros estados brasileiros. Esse Programa valoriza a qualidade da educação, entendida como resultados nos exames nacionais e gestão gerencial da escola, e também possui um maior controle sobre os estudantes e o corpo docente como atualização do diário eletrônico, desempenho escolar e o conteúdo escolar aplicado pelos docentes. Dito isso, segue a orientação dos organismos internacionais e das reformas neoliberais na área da educação. As intervenções nas políticas públicas de educação são estratégias para disseminar a ideia de “humanização da empresa” e de “responsabilidade social” por parte desse grupo financeiro.

Harvey (2014), ao analisar práticas de políticas neoliberais e sua inserção no Estado para se construir uma legitimidade em sua atuação, caracteriza que o neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas política econômica que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado deve garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado do mercado. (Harvey, 2014, p. 12).

Entidades internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influenciam e desenvolvem políticas econômicas, financiando reformas administrativas e educacionais visando a institucionalização da teoria neoliberal, com o discurso de desenvolvimento e melhoria na infraestrutura. A atuação dessas entidades é ainda mais forte em países de menor desenvolvimento econômico e, como consequência, se tornam mais dependentes. De acordo com Harvey (2014) medidas neoliberais são cobradas desses países para aumento de crédito:

Esses bancos sempre tinham sido ativos no plano internacional, mas depois de 1973 isso se acentuou, ainda que se concentrasse no fornecimento de recursos

financeiros a governos estrangeiros. Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar essa estratégia de nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York. Mas como os empréstimos eram em dólares norte-americanos, todo aumento (...) na taxa de juros nos Estados Unidos podia facilmente levar países vulneráveis à inadimplência, expondo os bancos de investimento de Nova York a sérias perdas. O governo Reagan (...) descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano com o FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca as reformas neoliberais. (...). O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. (Harvey, p. 37-38).

Entende-se que o objetivo das políticas neoliberais se constitui por meio de endividamento de países subdesenvolvido, que se tornam dependentes econômicos após o financiamento. Tal ação tem como ideia central a liberdade econômica de acordo com o sistema capitalista e a construção de novas relações mercadológica e seu objetivo é introduzir no mercado uma nova administração pública que irá gerenciar serviços básicos da sociedade, promovendo uma ideia de que este modelo de sistema trará uma maior eficácia.

Discussão e reflexão que acerca a condição do trabalho docente a partir das reformas educacionais.

Esse processo de perda de autonomia e desqualificação do trabalho docente tem se agravado nas últimas décadas devido às orientações reformistas de cunho neoliberal que “acarretaram em profundas mudanças nas formas de organização do trabalho, na estrutura e formato curricular, nas relações diretas com o mercado 'consolidando', formas de controle gerencialistas sobre o trabalho docente” (Hypolito, 2010, p. 2).

No entanto, pensando a educação escolar a partir de um dos pilares centrais da sua constituição, que é o trabalhador docente e a organização do seu trabalho, e buscando criar reflexões da sua prática na atual conjuntura, sendo esses responsáveis, de forma coletiva, pelo processo de educação dos estudantes, e estando em posição estratégica no ensino, é necessário

salientar, a partir de Freire (2002, p.24-25) que a atividade desses trabalhadores é muito mais que a simples tarefa de “[...] transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção”.

Verifica-se, portanto, que o ensino básico passou por diversas transformações vinculadas ao sistema econômico, atribuindo formação de jovens voltada para a instrumentalização do mercado de trabalho. No mesmo sentido, o Novo Ensino Médio traz a lógica para o empreendedorismo e amplia o campo de participação do setor privado. Com a implementação do Novo Ensino Médio, disposto na Lei nº 13.415/2017, incorporado à LDB, é necessário refletir sobre a disputa hegemônica e sua finalidade a partir do novo formato curricular.

De acordo com, Rikowski (2001), afirma que a educação é o elemento central da agenda da OMC. Procurar desenvolver estratégia e política visando a educação ao capital empresarial por intermédio. Isso, no Reino Unido, significa que não existem barreiras do tipo “limitações de acesso ao mercado” e que, na prática, esses mercados educacionais estão abertos a fornecedores estrangeiros, sejam eles públicos ou privados.

O caráter avaliador e regulador que o Estado Gerencialista assumiu no campo educacional resulta em uma percepção equivocada do trabalho docente, que passa a ser medido também pelo desempenho individual dos alunos em testes padronizados, ou seja, os aspectos que não podem ser medidos pelas avaliações sistêmicas passam a não ter importância no trabalho docente. Os professores acabam, pois, perdendo o interesse em desenvolver atividades que não estejam vinculadas aos indicadores de desempenho.

Algumas Considerações Finais

Os levantamentos realizados até o presente momento, nos provoca no sentido de chamar atenção para o fato de que a atual reforma do ensino médio, disfarçada de inovadora, renovadora e libertadora, na verdade, esconde o aprofundamento de um terrível processo de esvaziamento da escola por dentro da própria escola, através dos fundamentos da educação como o currículo, a avaliação etc., imperativos de um processo de acumulação flexível do capital que rapidamente delinea ações concretas na conformação na força de trabalho, como aponta Silva (2014, p. 180), reforçando a tendência apontada por Frigotto (2001) e Barbosa (2019).

Por fim, espera-se que o desenvolvimento desta pesquisa possa elucidar melhor as questões que permeiam essa grande mudança na etapa do ensino médio, buscando compreender melhor os seus referentes políticos e econômicos e apreendendo as reais consequências para a organização e o trabalho na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo / Michael W. Apple; tradução de Gilka Leite Garcia, Luciana Ache. – Rio de Janeiro: 2005;

BARBOSA, Carlos Soares. O Novo Ensino Médio de Tempo Integral: Reduccionismo, Privatização e Mercantilização da Educação Pública em Tempos de Ultraconservadorismo. *Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)*. V. 8 – N 19 – Setembro - Dezembro de 2019. ISSN 2316-9303

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

DESCHAMPS, Eduardo. Ensino Médio: a hora de mudar. In: *TODOS PELA EDUCAÇÃO*. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; FERREIRA, Sônia. M. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle da educação básica pública. *Trabalho Necessário*. V.17, n.32, jan-abr 2019.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: . Acesso em: agosto de 2022.

OLIVEIRA, Eliana de; ENS, Romilda Teodora; ANDRADE, Daniela B. S. Freire; MUSSIS.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? *Cadernos de Saúde Pública*, 35, Sup. 1:e00207317, p. 1-17, 2019.

VIGODA, E. New public management. In: RABIN, Jack (ed.). *Encyclopedia of Public Administration and Public Policy*. New York: Marcel Dekker, 2003. (v. 2).